



>> E se?... - A propósito de Transparência

Há dias, enquanto jogava *monopólio* com os meus filhos (quem não se lembra das longas e deliciosas tardes de Verão passadas, com os amigos e um copo de refresco, em volta do tabuleiro esverdeado deste jogo, que de uma forma minimamente realista procura simular muitos dos aspetos das relações económicas das pessoas e das sociedades) fui assaltado de surpresa por uma ideia – admito que utópica ou, pelo menos, ingénua – que de então para cá me tem feito refletir e acabou mesmo por me empurrar para este espaço de partilha pública de opinião.

A ideia é muito simples e, no essencial, julgo poder traduzir-se através do seguinte conjunto de questões: E se toda a vida económica e social em que vivemos decorresse como no *monopólio*? Se tudo fosse assim tão transparente? Se todos soubéssemos, de forma aberta, franca e descomplexada, o património uns dos outros e a forma como o fomos adquirindo ou alienando, ou mesmo como o enriquecemos ou empobrecemos? – os terrenos; as casas; os hotéis; as companhias; as empresas; as sociedades; as participações comerciais; as associações; os negócios; os contratos; o dinheiro; os enganos no banco a nosso favor; os prémios de lotaria, de beleza ou mesmo das palavras cruzadas, ou ainda elementos como o cumprimento de penas de prisão e outras sanções, sem deixar de passar naturalmente pelos (todos os temos) *amigos que nos dão tiros* –. E se tudo funcionasse assim, não numa lógica de *voyeurismo*, de mera exposição ou *perseguição* alheia, mas unicamente como prática cultural natural, do quotidiano de uma sociedade transparentemente evoluída, cujos cidadãos fizessem questão de, em conjunto, evidenciar uns perante os outros que a sua seriedade – individual e colectiva – não seria apenas uma invocação, mas também e sobretudo uma demonstração?

Em resumo: E se toda a vida pública das pessoas, das empresas, da Administração Pública e do próprio Estado, enfim de toda a sociedade, fosse efetivamente Transparente, sem sombras nem sombreados, numa lógica de pura igualdade, em que toda a informação e todos os dados se encontrassem acessíveis de modo universal? Seria o mundo (dos homens) assim tão distinto daqui-

lo que é?... Em boa verdade, julgo não existirem elementos consistentes que nos permitam responder a esta questão de uma forma minimamente satisfatória.

Concedo, como disse no início, que em si mesma a ideia seja utópica ou mesmo ingénua, uma vez que parte de um pressuposto totalmente contrário aos cânones da vivência que conhecemos e que, pelo processo de aculturação, têm vindo a ser reafirmados (tornando-os quase inquestionados e inquestionáveis) ao logo do tempo pelas sucessivas gerações. Efetivamente, esse quadro em que nos temos movido tem-nos levado a assumir e aceitar, com toda a naturalidade, a existência de zonas sombreadas ou menos claras na vivência social e sobretudo nas relações económicas.

No entanto e ainda assim, parece-me que a possibilidade aqui proposta não deixa de ser, ao menos, um ponto de partida para uma eventual reflexão acerca de um tema tão atual como tem sido o da Transparência na vida pública. Além do mais, a eventual existência real de um quadro com as características que aqui suscitamos, teria pelo menos o poder de contribuir para uma melhor clarificação e distinção das noções de interesses pessoais, *interesses de grupo e interesses coletivos*, bem como as fronteiras que os delimitam e as linhas ou forças de convergência e de divergência que se criam e instalam entre eles. Seria seguramente uma forma de reduzir as zonas de menor Transparência existentes nas actividades económicas e comerciais entre os privados e ente estes e o Estado.

Bem sabemos que o nosso quadro cultural é ainda muito marcado pelo pressuposto de que *o segredo é a alma do negócio*. Porém, as novas lógicas comunicacionais que o processo de globalização tem vindo a edificar, com tendências crescentes de maior facilidade na disponibilização, circulação e acesso a todo o tipo de informação, vão acabar por nos *empurrar* para contextos de maior Transparência. Como sugere Mário Ceitel, em o carro de Jagrená (2002, Edições Sílabo), começa a ser tempo de *a alma* se assumir como *o segredo do negócio*.

Apesar de em si mesmas não serem necessariamente espaços de fraude, a verdade é que estas zonas sombreadas, associadas à ausência de alguma transparência, são propícias ou têm pelo

menos o potencial para desenvolverem, como fungos, as brechas onde acabam por florescer as situações fraudulentas. É neste jogo de luzes em que muitas vezes se tende a mostrar menos do que se apregoa e, quando se mostra, se confunde mais do que se esclarece, como num passe de ilusionista, que mostra mas a audiência não consegue ver, que podem crescer fenómenos como a corrupção, a economia paralela, a evasão fiscal e tantos outros interesses difusos, quase sempre divergentes ou com poucos pontos de contacto com o interesse geral da sociedade.

Estudos como *A Economia Não Registada em Portugal*, de Nuno Gonçalves (2010 - http://www.gestaodefraude.eu/images/gf_upload/eoo2.pdf), *Forensic Accounting em Portugal* – Evidência Empírica, de Nuno Moreira (2010 - http://www.gestaodefraude.eu/images/gf_upload/eoo1.pdf), *Esboço de Quantificação de Fraude em Portugal*, de Carlos Pimenta (2009 - http://www.gestaodefraude.eu/images/gf_upload/wpoo3.pdf), *Conflitos de Interesses*, de Glória Teixeira e Helena Freire (2009 - http://www.gestaodefraude.eu/images/gf_upload/wpoo1.pdf) a par dos relatórios anuais da Transparência Internacional (http://www.transparency.org/publications/annual_report) e do GRECO (Grupo de Estados Contra a Corrupção, do Conselho da Europa - http://www.coe.int/t/dghl/monitoring/greco/evaluations/index_en.asp), por exemplo, têm evidenciado a existência, em Portugal e um pouco por todo o mundo, de problemas associados a práticas fraudulentas e de corrupção e ao seu desenvolvimento precisamente através destes espaços sombrios de menores índices de transparência.

Para finalizar acrescento apenas que, a meu ver, a génese deste problema não está nos outros, como é por vezes tão comum pensarmos e afirmarmos entre nós. Não, a culpa deste estado de coisas – se faz sentido falar em culpa – é de todos e começa precisamente em cada um de nós. Ninguém está moralmente legitimado a reclamar atitudes e posturas de transparência aos outros, se não for capaz de o evidenciar primeiro relativamente à sua própria vida, se não tiver telhados de vidro, como sabiamente o povo costuma dizer.

Afinal quem tem medo da Transparência? E porquê? Transparência e seriedade nos procedimentos podem não ser exactamente sinónimos, mas não são seguramente conceitos estranhos um ao outro, nem sequer se encontram muito afastados entre si. A

seriedade e a transparência não se proclamam. Afirmam-se e evidenciam-se. Transmitem-se por sinais.

É inquestionável que a realidade é o que é. Tudo o mais não passa de utopia, de sonho. Porém a mudança – o que tem sido a história da humanidade se não um processo contínuo de mudança e adaptação? – deve ser norteadada por um mix de realismo com alguma utopia. E tem sido muitas vezes essa utopia que confere o ânimo para continuarmos a acreditar num mundo melhor.

Afinal, como diz o poeta, *o sonho comanda a vida...*